



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ENCERRAMENTO DO CONGRESSO
«NECESSIDADES, PESQUISAS
E ESTRATÉGIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO
AUTO-SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA»*

Manaus, AM
31 de agosto

O Governo Federal tem tomado um grande número de providências para fortalecer o desenvolvimento da Amazônia, sem que o meio ambiente seja, de modo algum, prejudicado.

30 de agosto — A inflação oficial de agosto fica em 29%, demonstrando que não houve explosão de preços.

— O Presidente José Sarney reafirma a convicção de que as Forças Armadas «abandonaram o caminho das intervenções políticas» para atuar de forma profissional na sustentação das instituições e na defesa da soberania.

É para mim, sem dúvida, uma grande honra presidir esta cerimônia de encerramento do Congresso «Necessidades, Pesquisas e Estratégias para o Desenvolvimento Auto-sustentável da Amazônia».

Quando o professor Digênio falou-me, pela primeira vez, sobre a idéia da convocação desta reunião, tive a oportunidade, não só de emprestar o apoio do Presidente e

* Com improvisos.

do Governo mas, sem dúvida, de estimulá-lo também a, no desdobramento desta reunião, montar, definitivamente, com a sua experiência de educador, um órgão nesta área que pudesse dar continuidade às conclusões aqui recolhidas. Com visão do futuro, com formação de pessoal especializado, com vivência na própria área da Amazônia, de modo a que as questões sobre a Amazônia não fossem estudadas, pelo órgão, de uma maneira empírica, mas realmente com a vivência dos problemas e a experiência de quem está circundado por este ambiente, com todas as facetas que ele impõe e que nos levam a profundas meditações.

Quero, antes de mais nada, congratular-me com todos que participaram deste Congresso pela relevância do tema aqui debatido.

Estou certo de que as reflexões e sugestões saídas deste Encontro muito contribuirão para o melhor entendimento da problemática da Amazônia, seus desafios, suas perspectivas e assessoria sobre as ações de Governo.

Desde que assumi a Presidência tenho traduzido, em ações concretas, minha preocupação com o desenvolvimento harmônico e equilibrado da Região Amazônica.

E, como todos, me preocupo com o problema ecológico.

Tenho um dado pessoal que gosto sempre de citar: Em 1972, quando da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, tive a oportunidade de, como Senador, proferir discurso pioneiro no Senado da República, estudando detalhadamente o problema ecológico no que se referia ao nosso País, e procurando despertar a consciência nacional para esse problema que, naquele instante, aflorava como uma temática universal. Defendi o ponto de vista de que o problema da ecologia necessita de uma consciência coletiva, de uma consciência individual, de que todos nós somos solidários e habitantes deste planeta que segue o seu caminho no universo e que cada um de nós não pode fugir da responsabilidade de, tendo recebido a graça da vida, deixar que ela possa perecer em termos de futuro.

Já no meu primeiro ano de Governo, determinei a realização de estudos para diagnosticar as carências mais profundas desta região. A partir desse diagnóstico, tracei diretrizes para a promoção do desenvolvimento integrado da Amazônia com a defesa do seu patrimônio ecológico. Criamos, então, o Projeto Calha Norte, voltado para o atendimento das necessidades mais imediatas das populações de fronteira, nas áreas de saúde e assistência social. Estamos, assim, integrando toda a área localizada ao norte das calhas do Rio Solimões e do Rio Amazonas correspondente a 14% do território nacional. Área que ainda permanecia totalmente excluída de ações de Governo.

Em caráter emergencial, adotei medidas para interromper ocupação predatória do território Amazônico. Suspendi a exportação de madeiras em toras, suspendi incentivos fiscais e creditícios passíveis de provocar danos ao meio ambiente e instituí a obrigatoriedade do licenciamento da atividade da extração de ouro com a proibição da utilização do mercúrio.

Atendendo a antigas e generalizadas reivindicações, criei o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, para coordenar a ação dos vários órgãos em instâncias governamentais, eliminando superposições desnecessárias e definindo questões prioritárias.

Lancei, no ano passado, o Programa Nossa Natureza voltado, sobretudo, para a Amazônia. Esse programa definiu as principais vertentes da política ambiental do Governo. A completa reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente introduziu modificações substanciais na legislação ambiental brasileira.

A sociedade brasileira e a comunidade internacional acolheram, com entusiasmo, essas medidas. O Congresso aprovou, com agilidade e rapidez, os projetos de lei enviados pelo Governo sobre a questão ambiental. Foram aprovados projetos de lei de mais alta relevância que resultaram, entre outros, nos seguintes avanços legais: definição da política nacional do meio ambiente; constituição da comissão coordenadora regional de pesquisas da Amazônia;

criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente; definição de regras para a utilização e comercialização de agrotóxicos; e alteração substancial do novo Código Florestal e do novo Código de Mineração.

Mais recentemente criei o Centro de Monitoramento Ambiental e dos recursos naturais por satélite, dotando o País de mais instrumento moderno e eficaz de política ambiental.

Vimos, ao longo de todo o Governo, fomentando a implantação de unidades de conservação, com a criação de parques nacionais, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental e estações ecológicas. Essas áreas reservadas atingem, hoje, quase 22 milhões de hectares, dos quais cerca de 27% foram implantados durante o meu Governo. A proteção e a defesa da terra indígena tem sido também preocupação constante. Foram demarcadas 148 áreas indígenas num total de mais de 31 milhões de hectares enquanto que de 1910 a 1984 apenas 12 milhões de hectares foram demarcados. Em 1910 com a criação do Serviço Nacional de Proteção ao Índio.

Hoje, as áreas indígenas já correspondem a cerca de 5% do território nacional.

Conforme determina a Constituição, existem mais de 40 milhões de hectares em fase de demarcação até 1993. Com a conclusão desse trabalho, 10% do território nacional serão declarados terras indígenas.

Temos dado destaque, igualmente, ao desenvolvimento de recursos humanos de alta qualificação para fazer avançar o conhecimento sobre os nossos ecossistemas naturais. Estamos aptos a criar métodos alternativos de produção que reduzam ao mínimo o impacto ambiental da atividade econômica.

Nossos mais destacados centros universitários de investigação e desenvolvimento tecnológico têm sido mobilizados nessa direção.

Em 1988, cerca de 1000 técnicos de nível superior realizaram cursos de especialização, mestrado e doutorado tendo como área de concentração os diversos aspectos da questão ambiental.

Graças a investimentos realizados em ciência e tecnologia de ponta, o Brasil dispõe de competência que garante o nosso domínio da informação sobre a Amazônia.

O Brasil detém as técnicas de utilização de satélites de sensoriamento remoto, permitindo o monitoramento do meio ambiente. Temos instituições científicas e pesquisadores de renome internacional dedicados à complexa arte de simulação dos possíveis defeitos climáticos decorrentes das modificações na cobertura vegetal amazônica.

O papel da floresta amazônica, e o efeito da atividade humana nesta região sobre a composição química da atmosfera, vêm sendo objeto de estudos intensivos como uso da mais avançada tecnologia disponível.

Este esforço inclui importantes campanhas de observação *in loco* e intensa atividade de pesquisa.

No dia 21 de julho demos início à maior e mais abrangente operação nacional de fiscalização contra desmatamentos e queimadas na Amazônia Legal. Cinco helicópteros trabalharão permanentemente na identificação de focos de queimada e desmatamento. Quinhentos fiscais do IBAMA, auxiliados pela Polícia Federal e Polícias Estaduais, autuam e multam os infratores além de embargar operações prejudiciais ao meio ambiente. As multas aplicadas até o momento representam cerca de 50 milhões de cruzados novos, que, conforme a legislação, serão revertidos para programas de reflorestamento e pesquisa na própria região onde ocorreu a infração.

Essas ações estratégicas vêm se ampliando e frutificando, amparadas por uma saudável e construtiva consciência ecológica no seio da nossa sociedade.

O desenvolvimento racional e equilibrado da Amazônia é indispensável ao processo de construção de nosso progresso econômico e de nossa soberania.

Relembro as palavras sempre atuais do Presidente Juscelino: «A Amazônia é um problema de governo, que deve ser colocado com grandeza e exatidão».

E mais do que um problema de governo, é, na verdade, um problema de consciência da nacionalidade.

A Amazônia Legal compreende cerca de 60% do território nacional e guarda, sem dúvida, riquezas inestimáveis. Seu potencial abre novos horizontes para o futuro do País e descortina novas possibilidades e, sem dúvida, novas realizações.

Mas, sem a visão da proteção ambiental, essas riquezas serão dissipadas sem qualquer benefício para a sociedade e o grande potencial amazônico será destruído antes de se realizar.

Pois bem, com essas palavras eu quero terminar a minha intervenção neste Congresso e me congratular com todos que aqui estiveram discutindo sobre o problema ambiental da Amazônia, nestes dias. E reiterar que considero as conclusões aqui trazidas por todos os senhores um valioso subsídio para as ações governamentais.